



Ano 4 | # 1 | edição semestral | junho de 2012

Revista editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom

## O regime que odiava os livros

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011, 184 p.

ISBN: 9788531413087.

Felipe Quintino<sup>1</sup>



Em março de 1977, uma moradora de São Paulo encaminhou uma carta ao então ministro da Justiça, Armando Falcão, pedindo a censura das revistas *Manchete*, *Status*, *Gente-Fatos e Fotos*, *Homem e Ele e Ela* por considerar que elas estariam publicando material atentatório “aos bons costumes”. Um ano antes, um parecer do censor embasou a proibição do livro *Feliz Ano Novo*, do escritor Rubem Fonseca. Ele alegou que o autor utilizou-se de “uma linguagem bastante popular onde a pornografia foi largamente empregada” e fez referências “desmerecedoras aos responsáveis pelos destinos do Brasil e ao trabalho censório”.

Esses e outros documentos, a maioria deles inéditos, estão no livro *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*, da professora da Universidade de São Paulo (USP) Sandra Reimão. Lançado pela Edusp/ Fapesp e dividido em cinco capítulos, o livro tem o mérito de estabelecer um panorama dos autores brasileiros censurados pelo Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP), órgão que integrava o Ministério da Justiça. Em grande parte, as questões de proibições a livros no

<sup>1</sup> Felipe Quintino é jornalista e mestrando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Brasil estavam restritas às memórias de autores e intelectuais, sem um estudo detalhado dessas produções no contexto histórico e no circuito literário do país.

Ao revelar os detalhes dos documentos, que estão sob a responsabilidade do Arquivo Nacional em Brasília, a autora traz à tona os mecanismos da censura como forma de coagir as ideias dos escritores brasileiros, representando uma violência à produção cultural e à cidadania. Pesquisadora da história da cultura impressa, Reimão mostra que, da listagem total de aproximadamente 500 livros submetidos ao DCDP cuja documentação foi preservada, cerca de 1400 são de autores nacionais. Desse montante, 90 foram vetados: obras de ficção, não ficção, eróticos/ pornográficos e peças de teatro censuradas para publicação em livro.

De acordo com o estudo, os dados quantitativos sobre a censura a livros apontam que a atividade de proibição das obras foi mais rígida entre 1975 e 1980, período em que mais de 50% dos livros submetidos foram vetados. Ao indicar que a censura ocorreu com mais intensidade na época em que já começa o processo de abertura e não nos chamados anos de chumbo (1968-1972), ela levanta a questão de que os atos censórios aumentaram quando a maioria dos jornais e revistas estava sendo liberada da presença da censura prévia nas redações. No período que vai do golpe militar, em 1964, à decretação do AI-5, em 1968, a autora avalia a atuação de censura a livros como “confusa e multifacetada e pela ausência de critérios, mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física”. Com esse cenário, sem definições, abriu caminho para que, entre os livros mais vendidos de 1968, estivessem clássicos do pensamento nacional de esquerda, como *Um projeto para o Brasil*, de Celso Furtado, e clássicos internacionais da literatura erótica, como *Kama Sutra*.

A legislação sobre o assunto veio em 1970, com a regulamentação da censura prévia aos livros e as sanções previstas para quem descumprisse as normas estabelecidas, regras que tiveram o repúdio de autores como Jorge Amado e Érico Veríssimo. No entanto, com base em reportagens da época e mesmo com o aumento do número de censores federais, Sandra Reimão afirma que a censura prévia de todo o mercado editorial era “algo não executável”, ocorrendo, na prática, que a maior parte da atividade dava-se por meio de denúncias.

Na lista dos livros vetados de ficção, há *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, *Diários de André*, de Brasigóis Felício, *Aracelli Meu Amor*, de José Louzeiro, *4 contos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados*, de Álvaro Alves de Faria, e *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva. Entre os autores de livros considerados eróticos, Adelaide Carraro e

Cassandra Rios foram alguns nomes que tiveram suas publicações enquadradas pelos censores. O levantamento das obras de não ficção conta com *O mundo do socialismo*, de Caio Prado Jr, *A Universidade Necessária*, de Darcy Ribeiro, *O Despertar da Revolução Brasileira*, de Márcio Moreira Alves, *História Militar no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, de Rose Marie Muraro, entre outros.

A censura ao livro do hoje autor de novelas da Rede Globo Aguinaldo Silva tem uma história inusitada. Ele foi vetado oito anos após a sua publicação, quando a professora diz que “o ciclo de vida de uma obra não integrante de um *cânone* consolidado já está encerrado”. A visibilidade que Aguinaldo Silva ganhou, já que trabalhou como jornalista em publicações de oposição à ditadura e teve participação como militante dos direitos dos homossexuais, é apontada pela autora como razão para o exame do livro e ato censório em 1975. No caso do veto à obra *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, a curiosidade é de que ele foi único autor preso durante a ditadura por conta do conteúdo de um livro. Com um perfil autobiográfico em que relata a sua participação na guerrilha urbana, a obra foi publicada em 1977 pela Editora Alfa-Ômega. Ao fazer uma análise de um trecho que gerou a proibição, a pesquisadora argumenta que as mobilizações na imprensa contra a prisão “tornaram politicamente possível que as demais publicações do gênero vicejassem sem maiores problemas”, na medida em que o livro de Tapajós antecede outras memórias de guerrilha.

É preciso destacar, como mostram os anexos de *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*, a participação da sociedade civil questionando as arbitrariedades do governo nesse setor. A Associação Brasileira de Imprensa, por exemplo, protestou, em 1978, contra a proibição da publicação, na Revista Status, do conto *O cobrador*, de Rubem Fonseca. Em suas considerações finais no livro, Sandra Reimão fez um histórico das proibições às publicações impressas no Brasil, passando desde o início das atividades de edição, em 1808, ao governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937-1945), quando livros foram apreendidos em livrarias e até mesmo incinerados. Com foco dos seus estudos no período da ditadura militar, a professora consegue mostrar as contradições da censura aos livros e, mais do que isso, os efeitos danosos para a produção cultural brasileira e a luta de cidadãos a favor da liberdade e da democracia.